

Edição 2

# Radar da Saúde

Um balanço das iniciativas do Congresso e do Executivo Federal sobre temas estratégicos para a saúde brasileira



**IEPS**  
Instituto de Estudos  
para Políticas de Saúde

# Apresentação

O Radar da Saúde é uma iniciativa do Instituto de Estudos para Políticas (IEPS), que apresenta um balanço contextualizado das principais ações do Executivo Federal e do Congresso Nacional em temas considerados estratégicos para a saúde no Brasil.

Este material tem como objetivo fornecer à sociedade civil um panorama conciso das pautas, projetos e deliberações que impactam os rumos da saúde pública brasileira, sobretudo para fortalecer o controle social e a participação da sociedade civil nas discussões sanitárias.

As informações sistematizadas neste documento incluem destaques do monitoramento político de aproximadamente duzentas palavras-chaves pré-definidas como estratégicas e indispensáveis para a nossa atuação de incidência política em prol do fortalecimento do SUS. O acompanhamento é feito por meio de sites oficiais e sistemas de informação da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e outros órgãos relevantes. O monitoramento contínuo das políticas de saúde é realizado pela Diretoria de Relações Institucionais do IEPS em parceria com a consultoria política Eixo Estratégia Política.



**IEPS**  
Instituto de Estudos  
para Políticas de Saúde

**UMANE**

**eixo**  
ESTRATÉGIA POLÍTICA

## O que acompanhamos de perto?

### **Legislativo Federal**

No Congresso Nacional, a Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Sociais do Senado são as principais responsáveis pelas discussões e pela formulação de políticas relacionadas à saúde no Brasil no âmbito do Legislativo Federal. Também monitoramos a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, além de outras comissões que analisam temas relacionados à saúde pública.

### **Executivo Federal**

O Ministério da Saúde (MS) e seus órgãos vinculados, assim como a Presidência da República, são as principais instâncias que monitoramos, dada a relevância na pauta da saúde. Além disso, acompanhamos também outros ministérios, como o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Ministério da Educação e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, que possuem Secretarias e Programas em temas relacionados à saúde.

# Sumário

SETEMBRO


**Prevenção à automutilação e ao suicídio, acolhimento de pessoas com problemas relacionados a apostas e impacto da emergência climática na saúde**

**05**

OUTUBRO

**Comunidades terapêuticas, nova política de preços para planos de saúde e rastreabilidade das “Emendas Pix”**

**13**

Essa publicação contém **links clicáveis** para aprofundamento 

## Setembro

No mês de setembro, foram identificadas ao menos 29 movimentações nos Poderes Legislativo e Executivo relacionadas à saúde pública. Abaixo, destacamos um resumo das ações mais relevantes em temas específicos.

### Saúde Mental

#### Prevenção à automutilação e ao suicídio

O Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), lançou a versão em português do "**Viver a Vida - Guia de Implementação para a Prevenção do Suicídio**". O Brasil, no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), assumiu o **compromisso de reduzir o número de suicídios em um terço até 2030**. O Guia apresenta quatro intervenções e seis pilares, baseados em evidências, para apoiar países de língua portuguesa na criação de políticas e soluções coletivas de prevenção ao suicídio.

Na Câmara dos Deputados, o deputado Junior Lourenço (PL/MA) propôs o **REQ 66/2024**, para debater a aplicação da **Lei nº 13.819/2019**, que trata da **prevenção à automutilação e ao suicídio**, e a deputada Rogéria Santos (REPUBLIC/BA) apresentou o **REQ 226/2024**, para discutir a saúde mental e a prevenção do suicídio durante o Setembro Amarelo.

Os deputados Capitão Alberto Neto (PL/AM) e Maria Rosas (REPUBLIC/SP) propuseram, respectivamente, o [RIC 3347/2024](#), solicitando **informações sobre os casos de suicídio no Brasil**, e o [RIC 3385/2024](#), sobre as **ações voltadas ao debate sobre o suicídio entre jovens**.

Além disso, o deputado Capitão Alberto Neto apresentou a [INC 1177/2024](#), sugerindo ao MS maior ênfase em **campanhas de prevenção ao suicídio**, e o deputado Marcos Tavares (PDT/RJ) protocolou o [PL 3504/2024](#), que cria a **Política Nacional de Prevenção ao Suicídio**, com ações de conscientização e cuidados em saúde mental.

### Oficina de comunicação segura sobre suicídio



Em setembro, a [Frente Parlamentar Mista para Promoção da Saúde Mental \(FPSM\)](#) organizou [palestras sobre os desafios na comunicação segura sobre suicídio](#). O foco foi a necessidade de uma abordagem cuidadosa, evitando, por exemplo, o uso de imagens ou detalhes explícitos. Especialistas reforçaram que uma comunicação adequada pode ajudar na prevenção e redução de casos, especialmente ao informar onde buscar ajuda. O uso equilibrado das redes sociais também foi destacado.

O IEPS, enquanto Secretaria Executiva da FPSM, elabora [boletins mensais](#) com destaques das atividades da Frente e das principais movimentações em políticas de saúde mental no Brasil.

## Apostas e jogos de azar

O Ministério da Fazenda, por meio da Portaria SPA/MF nº 1.475/2024, antecipou para 1º de outubro o prazo para a **legalização das empresas de apostas, anteriormente previsto para janeiro de 2025**. Com a mudança, empresas que não se cadastraram no Ministério até essa data não poderão operar no país.

Em resposta à solicitação do senador Omar Aziz (PSD/AM), o Banco Central do Brasil (BCB) publicou uma **análise técnica** sobre o mercado de jogos de azar e apostas no Brasil. Segundo o relatório, **beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 10,5 bilhões em apostas via Pix entre janeiro e agosto de 2024**.

No Legislativo Federal, o deputado Célio Studart (PSD/CE) apresentou a **INC 1239/2024**, que sugere ao Ministério da Saúde e à Secretaria Nacional de Apostas Esportivas a **criação de uma política pública para a prevenção, acolhimento e tratamento psicossocial de pessoas com problemas relacionados a apostas e jogos de azar**. O deputado Leo Prates (PDT/BA) apresentou o **PL 3738/2024** para regulamentar a propaganda das “bets”.

## Promoção da Saúde

### Saúde de crianças e adolescentes e o consumo de ultraprocessados

O Ministério da Saúde publicou a 1ª edição revisada do **Guia para a Organização da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Primária à Saúde**.

A nova versão muda a classificação do estado nutricional de crianças menores de 5 anos e de crianças de 5 a 9 anos, em conformidade com as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O documento também oferece **orientações sobre o perfil alimentar de pessoas atendidas na APS, com base nos marcadores de consumo alimentar**, seguindo as recomendações dos Guias Alimentares para Crianças Brasileiras Menores de 2 anos e para a População Brasileira.



### **Lei Municipal do Rio de Janeiro promove um ambiente escolar mais saudável por meio da alimentação**

Em julho de 2023, entrou em vigor a **Lei Municipal n. 7.987/2023**, que proíbe a venda de alimentos ultraprocessados nas escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro. A lei, resultado do PL n. 1.662/2019, **contou com a participação do IEPS** na formulação do texto original e articulação com 16 autores de diferentes partidos. Durante 4 anos, o IEPS e o Instituto Desiderata realizaram pesquisas, reuniões com legisladores e ações de comunicação para promover o consenso e garantir a aprovação da lei.

Dados preliminares de uma pesquisa iniciada em abril deste ano, encomendada pelo Instituto Desiderata para avaliar a oferta de alimentos aos estudantes do ensino fundamental e médio, indicam uma redução na disponibilidade de alimentos ultraprocessados nas cantinas de escolas privadas do município e um aumento de opções minimamente processadas.

## Saúde e Clima

### Força Nacional do SUS e emergência climática

O Ministério da Saúde disponibilizou a **Força Nacional do SUS** para **apoiar estados e municípios nas regiões mais afetadas pelas queimadas**, especialmente nos estados da Região Norte — Acre, Rondônia e Amazonas, com reforço às Equipes de Saúde da Família e às unidades básicas de saúde.

### Maior vigilância em saúde para trabalhadores afetados pela emergência climática

O Ministério da Saúde **intensificou a vigilância nos territórios mais afetados pelas queimadas**. Técnicos da Coordenação-Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador agora participam de missões conjuntas com a Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde e a Força Nacional do SUS, realizando visitas a estados críticos, como Rondônia. Neste mês, a pasta também **lançou as Diretrizes de Vigilância em Saúde do Trabalhador Brigadista Florestal**, representando um avanço no cuidado à saúde dos que atuam no combate aos incêndios.

### Governo Federal anuncia criação da Autoridade Climática

Em setembro, o presidente Lula **anunciou a criação da Autoridade Climática**, responsável por monitorar e garantir o cumprimento das metas ambientais do governo federal e coordenar ações com Estados e municípios. O anúncio ocorreu durante reunião com prefeitos em Manaus (AM), uma das regiões mais afetadas pela estiagem recorde e mudanças climáticas. Devido a divergências internas no governo sobre o formato e a efetividade dessa estrutura, a sua criação está prevista apenas para 2025.

## Orçamento

### CGU propõe melhorias no Portal da Transparência sobre emendas de comissão e de relator

A Controladoria Geral da União (CGU) apresentou ao Superior Tribunal Federal (STF) **propostas para ampliar a transparência e facilitar o acesso às informações sobre emendas de comissão e de relator**. As medidas incluem consultas por emenda, beneficiários e documentos relacionados às despesas, atendendo à determinação do ministro Flávio Dino.

## Saúde materna

### Ministério da Saúde lança Rede Alyne

A nova estratégia vem para **substituir a antiga Rede Cegonha e tem o objetivo de reduzir a mortalidade materna em 25%**. Além da expansão das ações voltadas para saúde materno-infantil, com um investimento de R\$ 400 milhões em 2024 e R\$ 1 bilhão em 2025, o novo programa busca diminuir a mortalidade materna de mulheres negras em 50% até 2027. A iniciativa homenageia a jovem negra Alyne Pimentel, que morreu aos 28 anos, gestante e vítima de negligência médica.

#### Causas e caminhos para o enfrentamento da mortalidade materna



Cerca de 90% das mortes maternas são evitáveis. Por essa razão, a mortalidade materna é considerada um dos maiores problemas da saúde pública brasileira e uma das mais graves violações dos direitos humanos das mulheres. Um **estudo** do IEPS traz as cinco principais causas para as altas taxas de mortalidade materna no país e apresenta recomendações para enfrentar este cenário.

## Destaques da produção legislativa em Setembro



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

### Câmara dos Deputados

Em setembro, um dos temas mais recorrentes foi a **regulação das apostas esportivas**, com diversos projetos buscando **restringir a propaganda dessas plataformas e limitar o uso por beneficiários de programas de transferência de renda**, como o Programa Bolsa Família e os inscritos no Cadastro Único.

O [\*\*PL 3670/2024\*\*](#), do Dep. Reginaldo Lopes (PT/MG) reforça essa restrição, impedindo o uso de cartões de crédito e contas bancárias do Programa Bolsa Família vinculados a esses programas para apostas. O [\*\*PL 3729/2024\*\*](#), do Dep. Dr. Fernando Máximo (UNIÃO/RO), por sua vez, proíbe diretamente o consumo de jogos de azar por beneficiários de programas assistenciais.

Outros projetos, como o [\*\*PL 3518/2024\*\*](#), da Dep. Gleisi Hoffmann (PT/PR), e o [\*\*PL 3543/2024\*\*](#), do Dep. Leonardo Gadelha (PODE/PB) visam limitar a publicidade de apostas esportivas, especialmente para pessoas inscritas em programas de assistência social.

No âmbito da **saúde nas escolas**, o [\*\*PL 3591/2024\*\*](#), da Dep. Lucyana Genésio (PDT/MA), propõe formalizar a Política Nacional de Saúde na Escola, enquanto o [\*\*PL 3715/2024\*\*](#), do Dep. David Soares (UNIÃO/SP), proíbe a venda e propaganda de produtos ultraprocessados em creches e escolas, além de promover campanhas educativas sobre alimentação saudável.

Os deputados também se manifestaram em relação à **prevenção à automutilação e ao suicídio**. Foram apresentados ao menos 6 matérias sobre o tema, entre elas estão requerimentos para a realização de audiências públicas e pedidos de informações ao Ministério da Saúde sobre casos de suicídio e as ações em andamento. As propostas também destacam a necessidade de intensificar campanhas e promover o debate entre jovens como forma de promover a saúde mental.

## Senado Federal

No Senado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou **audiências sobre transtornos alimentares**, a pedido da sen. Damares Alves (PL/DF). Ao longo de setembro, a CAS votou seis itens, incluindo o **PL 1.151/2023**, de autoria da Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ), que garante **atendimento psicossocial a crianças e adolescentes** cujos pais sofreram violência ou estão presos.

Os senadores apresentaram sete proposições relacionadas à saúde durante o mês. Entre os destaques, o **PL 3411/2024**, de autoria do senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), que institui a **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa**. Já o **PL 3539/2024**, do senador Jorge Seif (PL/SC), propõe **mudanças na Lei dos Planos de Saúde** sobre o prazo de validade das solicitações de exames complementares.

## Outubro

No mês de outubro, foram identificadas ao menos 55 movimentações nos Poderes Legislativo e Executivo relacionadas à saúde pública. Abaixo, destacamos um resumo das ações mais relevantes em temas específicos.

### Saúde Mental

#### Apostas e jogos de azar

O presidente Lula reuniu-se com ministros de Estado para tratar da regulamentação no Brasil e os riscos para a saúde da população a partir do uso abusivo das páginas de apostas. A ministra da Saúde afirmou que irá **fortalecer essa pauta nas Equipes de Saúde da Família e quer propor classificação internacional de doenças no que se refere ao “jogo patológico”**.

O Ministério da Saúde, ao responder o [RIC 1991/2024](#) do Dep. Delegado Fabio Costa (PP/AL), informou que a intersetorialidade é o maior desafio na implementação de políticas e programas voltados ao transtorno de jogos e que estão aguardando a constituição de um Grupo de Trabalho Interministerial liderado pelo Ministério da Fazenda.

#### Comunidades Terapêuticas

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou um [texto em seu site oficial](#) comentando a [Nota Técnica nº 3/2024](#), divulgada pela Anvisa em maio deste ano, que **orienta sobre o funcionamento das Comunidades Terapêuticas** Acolhedoras e das Clínicas Médicas Especializadas em Dependência Química.

O documento define que as Comunidades Terapêuticas têm caráter social e utilizam a convivência como ferramenta terapêutica. Já as Clínicas Médicas Especializadas tratam dependentes químicos com intervenções médicas seguras.

A nota estabelece que **Comunidades Terapêuticas não podem usar medicamentos psicotrópicos, exceto sob supervisão médica**. Caso ofereçam esse serviço, são classificadas como Clínicas Médicas e devem seguir as normas de saúde. O documento também proíbe o estoque de medicamentos sem prescrição e exige que o responsável técnico gereencie os medicamentos em uso pelos residentes.



#### Médicos nas CTs

De acordo com o **"Raio-X das Comunidades Terapêuticas"**, divulgado pela Frente Parlamentar Mista de Saúde Mental do Congresso Nacional, 15% dos Projetos Terapêuticos analisados não contam com um profissional médico na equipe de atendimento.

### Gargalos e desafios enfrentados pela Política de recuperação, reinserção social e promoção da Saúde Mental para pessoas viciadas em álcool e outras drogas



No dia 10 de outubro, o Dia da Saúde Mental, o podcast Rádio Novelo Apresenta, com o apoio do IEPS, responsável pela Secretaria Executiva da Frente Parlamentar Mista pela Promoção da Saúde Mental, e do Instituto Betty e Jacob Lafer, publicou **episódio** "Não no meu Quintal", sobre os CAPS AD. Os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas são um dos principais serviços do SUS para acolher quem quer parar de beber ou usar drogas, ou quem simplesmente quer ter uma vida melhor sem zerar o consumo.

## Saúde Suplementar

### Política de preços para planos de saúde

A ANS discutiu com a sociedade civil e o mercado uma nova política de preços para planos de saúde. Na [audiência pública](#), o principal tema foi a **padronização das cláusulas de reajuste dos contratos coletivos**, destacada como essencial para garantir previsibilidade e justiça. Alexandre Fioranelli, diretor da ANS, anunciou a abertura de um processo para coletar dados e sugestões de diversos atores do setor.

#### Nova pesquisa sobre o setor de saúde suplementar e suas interfaces com o SUS



Em outubro de 2024, o IEPS, em parceria com a Umane, lançou o estudo [“Setor privado e relações público-privadas da Saúde no Brasil: Em busca do seguro perdido”](#), apresentando um panorama inédito e profundo sobre o setor privado de saúde no Brasil e suas relações com o setor público. Os estudos contaram com a colaboração de pesquisadores e autoridades públicas em oficinas de discussão, entrevistas e análise de dezenas de bases de dados.

Os temas abordados foram: conjuntura atual da saúde privada no Brasil; os subsídios ao setor privado; a governança e regulação do setor de saúde; a prática dos profissionais de saúde entre o setor público e o privado; o retrato dos hospitais filantrópicos; a expansão da demanda e oferta de clínicas populares e evidências sobre o modelo de OSS no Brasil; e um estudo sobre as doações de campanha e encontros com autoridades regulatórias na ANS.

## Saúde e Clima

### Mudanças Climáticas

O Ministério da Saúde lançou um **guia** sobre mudanças climáticas voltado para os profissionais de saúde. O material é uma adaptação de uma publicação da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) com a linguagem e as necessidades do Sistema Único de Saúde.

O objetivo é apresentar informações sobre como riscos climáticos como calor, frio, secas e inundações podem trazer alterações nos tratamentos cardiovasculares, respiratórios, renais, oftalmológicos, cutâneos, gastrointestinais e neurológicos. Além disso, o material também traz recomendações sobre o impacto dos efeitos climáticos na saúde mental e materno-infantil.

### Arboviroses

O **Plano** de enfrentamento à dengue foi apresentado em reunião do Conselho Nacional de Saúde. A estratégia contempla 6 eixos principais: prevenção, vigilância, controle vetorial, organização da rede assistencial, preparação para emergências e comunicação com participação comunitária.

O plano terá como foco a redução de casos prováveis e óbitos, especialmente por meio de novas tecnologias e estratégias de prevenção.

## Atenção Primária

### Vacinação

**Pesquisa** da Confederação Nacional do Municípios revela que **seis em cada dez municípios enfrentam falta de vacinas** para imunizar a população, principalmente as crianças. Os municípios sinalizaram a ausência de vacinas há mais de 30 dias, e outros há mais de 90 dias. A vacina para Varicela e para Covid-19 são os principais imunizantes em falta. Em resposta, o Ministério da Saúde emitiu uma **nota** afirmando que não há escassez de vacinas no Brasil, o que ocorreu foi um desabastecimento momentâneo de vacinas contra a Covid-19.

Ainda sobre vacinação, a Ministra da Saúde apresentou a plataforma **Saúde com Ciência** focada no enfrentamento à desinformação, especialmente sobre vacinas. A plataforma busca garantir que a população tenha acesso a informações confiáveis, provenientes de fontes acreditadas e órgãos governamentais.

## Orçamento

### Isenção de impostos para medicamentos importados

A **Medida Provisória nº 1236/2024** que garantia a isenção de imposto de importação para medicamentos importados até 50 dólares expirou no dia 25 de outubro. Nesse contexto, o Executivo Federal apresentou nova Medida Provisória (**MP nº 1271/24**) garantindo a extensão da isenção até 31 de março de 2025. Cabe ao Congresso Nacional a apreciação desta MP.

## “Emendas Pix”

O Relator do Orçamento 2024, senador Ângelo Coronel (PSD-BA) apresentou o Projeto de Lei Complementar ([PLP 172/2024](#)) para **garantir a rastreabilidade das "emendas pix"**, cuja liberação está suspensa desde agosto por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, que apontou falta de transparência.

Entre as novas regras, está a destinação específica para obras inacabadas, no caso das emendas individuais, e para obras e serviços estruturantes, no caso das emendas de bancada estadual e de comissão. A proposta também determina que o ministério responsável pela liberação deverá informar à Assembleia Legislativa ou à Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas sobre a liberação do dinheiro e que o governador ou prefeito responsáveis pela execução deverão prestar contas ao Congresso Nacional.



### Recursos destinados por emendas parlamentares à saúde mais que quadruplicaram em sete anos

O [estudo](#) “Emendas Parlamentares em saúde: para onde caminham?” mostra que entre 2016 e 2023, os recursos destinados por emendas parlamentares à saúde mais que quadruplicaram, passando de R\$ 5,7 bilhões para R\$ 23 bilhões.

Nesse contexto, o Poder Legislativo adquiriu uma influência maior do que o Ministério da Saúde sobre as despesas não obrigatórias. Nos últimos anos, foi criado um novo modelo de repasse de emendas, apelidado de “Emendas Pix”, em que os recursos são repassados diretamente pelo Ministério da Fazenda ao município beneficiário.

Nas “Emendas Pix” o parlamentar não tem necessidade de identificar para qual subfunção (área de governo) o valor está sendo destinado. Cabe ao gestor municipal decidir como alocar tais recursos, não sendo possível identificar se uma parcela desse valor foi destinada à saúde. Entre 2020 e 2023, o montante empenhado nesse modelo cresceu dez vezes.

## Judicialização de medicamentos

**O STF decidiu que medicamentos não incorporados ao SUS não podem ser concedidos judicialmente, a não ser que se cumpram critérios específicos.** A Ministra da Saúde ressaltou que a medida representa um marco para o Brasil e para o SUS, pois garante segurança e acesso a tratamentos baseados em evidências científicas.

A judicialização da saúde, que resulta em ações contra o Estado para acesso a medicamentos, muitas vezes prejudica a sustentabilidade financeira do SUS, favorecendo tratamentos individuais sem benefícios clínicos comprovados. Em contraste, a incorporação de medicamentos ao SUS garante a todos os cidadãos o acesso a tratamentos eficazes e cria diretrizes para a assistência médica.

**O Ministro do STF Gilmar Mendes anunciou medidas em estudo para reduzir a judicialização na saúde, principalmente relacionada ao acesso a medicamentos.** Entre as propostas, está a criação de uma agência de análise de tecnologia para acelerar a avaliação e incorporação de novos medicamentos ao SUS. Outra proposta é a de unir esforços da Anvisa e da Conitec para diminuir o tempo de espera por tratamentos na rede pública.

## Destaques da produção legislativa em Outubro



A menção a parlamentares e proposições legislativas específicas nesta seção não implica em julgamento de mérito ou relevância das propostas, nem sugere que a quantidade de proposições seja indicativa de impacto ou melhoria nas políticas públicas de saúde.

### Câmara dos Deputados

Em outubro, o destaque da produção parlamentar da Câmara seguiu sendo na área de saúde mental, com propostas voltadas aos jogos de azar e apostas no Brasil e a proibição de celulares em sala de aula. Também observou-se um movimento de requisição de informações sobre a falta de vacinas nos municípios brasileiros.

A **análise técnica** sobre o mercado de **jogos de azar e apostas no Brasil**, divulgada em setembro pelo BCB, refletiu na manifestação de parlamentares sobre o assunto no Congresso. Identificamos ao menos **11 novos projetos de lei** que abordam desde a criação de um serviço de apoio telefônico e prioridade de atendimento psicológico no SUS para viciados em jogos online (**PL 3934/2024**; Vicentinho Júnior - PP/TO), até a modificação da distribuição da arrecadação das apostas esportivas, destinando 10% para a saúde (**PL 3793/2024**; Ismael Alexandrino - PSD/GO e Dr. Fernando Máximo - UNIÃO/RO).

Outras propostas incluem a proibição do uso de recursos do Bolsa Família para apostas (**PL 3765/2024**; Messias Donato - REPUBLIC/ES), campanhas de conscientização e educação sobre apostas (**PL 3810/2024**; Pedro Aihara - PRD/MG) e a repressão da comercialização de jogos eletrônicos que possam causar dependência em menores de idade (**PL 3808/2024**; Dr. Zacharias Calil - UNIÃO/GO).

O deputado Zacharias Calil (UNIÃO/GO) enviou 3 indicações ([INC 1265/2024](#), [INC 1264/2024](#) e [INC 1263/2024](#)) aos ministros da Justiça, Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovação, propondo uma metodologia e legislação para o **controle de jogos veiculados em aparelhos celulares, com foco em limitar o acesso de menores de dezoito anos.**

Ainda sobre o tema de uso de celulares por crianças e adolescentes, foi aprovado na Comissão de Educação (CE) o [PL 104/2015](#) (Alceu Moreira - PMDB/RS) que **proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula** dos estabelecimentos de educação básica e superior. Agora o projeto segue para discussão na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ).

Na área de Promoção da Saúde, foram protocolados quatro requerimentos ([RIC 3959/2024](#); Dr. Frederico - PRD/MG; [RIC 3930/2024](#); Duda Salabert - PDT/MG; [RIC 3922/2024](#); Capitão Alberto Neto - PL/AM e [RIC 3835/2024](#); Dra. Mayra Pinheiro - PL/CE) que cobraram informações ao Ministério da Saúde sobre **possível desabastecimento de vacinas nos municípios brasileiros.**

Quanto a ações voltadas para as unidades de emergência, foi aprovado na Comissão de Saúde o [PL 1035/2015](#) (Dep. Fausto Pinato - (PRB/SP), que **propõe a criação de Unidades de Urgência em Fisioterapia (UUF) nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24hs) e Unidades Básicas de Saúde (UBS).** A medida visa ampliar o acesso a atendimentos especializados e aliviar a pressão sobre outros serviços de urgência.

Em relação aos profissionais de saúde, o Dep. Mauro Benevides Filho (PDT/CE) apresentou o [PL 3783/2024](#) para que **o piso salarial nacional dos profissionais de enfermagem corresponda à jornada de 36 horas semanais.**

## Senado Federal

No âmbito do Senado Federal, a senadora Mara Gabrili (PSD/SP) e o senador Humberto Costa (PT/PE) apresentaram o **REQ 89/2024-CAS** que solicita estudos a organismos internacionais a respeito da **tributação de produtos, como bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados**, e seus impactos na saúde de forma geral, com especial atenção para a saúde infantil.

Ressalta-se que o Banco Mundial lançou em outubro uma **nota** com recomendações técnicas para estruturar e aplicar impostos especiais sobre tabaco, álcool e bebidas açucaradas. Ainda no âmbito da promoção à saúde, o senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN) propôs a realização de audiência pública para **discutir a instituição do mês nacional de combate ao sedentarismo (REQ 86/2024- CE)**.

Por último, o senador Dr. Hiran (PP/RR) apresentou o **PL 4022/2024** que visa instituir a **notificação obrigatória de casos de desnutrição grave entre indígenas** e a senadora Rosana Martinelli (PL/MT) apresentou o **PL 4063/2024** para garantir a **dispensação de medicamentos a pacientes assistidos em serviços de saúde privados**.

# Radar da Saúde

**Edição 2 | SETEMBRO-OUTUBRO DE 2024**

**INSTITUTO DE ESTUDOS PARA POLÍTICAS DE SAÚDE**

**contato@ieps.org.br | imprensa@ieps.org.br**

**[ieps.org.br](http://ieps.org.br)**

**Siga nossos perfis nas redes sociais**



**RIO DE JANEIRO**

Rua Lauro Müller 116  
Sala 3704 – Botafogo

**SÃO PAULO**

Rua Itapeva, 286,  
CJ. 82 Bela Vista

**BRASÍLIA**

SBS Q. 2, Lote XV -  
Edifício Prime Business  
Convenience | Asa Sul



**IEPS**  
Instituto de Estudos  
para Políticas de Saúde

**UMANE**

**eixo**  
ESTRATÉGIA POLÍTICA